

## O desafio da representatividade negra nos museus

## The challenge of black representation in museums

Marcelle Vieira do Nascimento<sup>1</sup>

DOI 10.26512/museologia.v10i19.33996

122

**Resumo**

Este artigo propõe à área da Museologia, através da reflexão acerca dos conceitos de museu, identidade e educação, um diálogo multidisciplinar em busca de uma sociedade menos desigual, no aspecto racial ao constatarmos a imperceptível presença negra enquanto protagonistas de sua história. Para isso, acredita-se que a utilização das Leis N.º 10.639/2003 e 11.645/2008 funcionem como ferramentas auxiliares na construção do discurso museológico, tendo como objetivo colaborar a favor da luta antirracista na nossa sociedade, como por exemplo, elaborar atividades pedagógicas ao longo do ano, promovendo e divulgando ações afro-indígenas.

**Palavras-chave**

Museu. Identidade. Educação, Racismo. Sociedade.

**Abstract**

This article suggests to the Museum Studies a multidisciplinary dialog in order to a less unfair society in racial terms through considering concepts such as museum, identity and education. When finding the unnoticed black presence as a leading actor of one's own history we believe that the Laws No. 10.639/2003 and 11.645/2008 might become helpful tools to museum discourse with the aim of helping the struggle against racism. It could be applied in educational activities throughout the year promoting and disseminating afro-indigenous activities.

**Keywords**

Museum. Identity. Education. Racism. Society.

**Introdução**

O reconhecimento da nação brasileira enquanto uma sociedade estruturalmente racista é um exercício um tanto incômodo, porém, necessário. Qualquer projeto que se pretenda democrático sem essa assunção, passa a ser incompleto.

A construção do Brasil, enquanto território nacional, passou por um longo período de colonização, tornando-se independente em 1822; ou seja, mais de 3 séculos. Não devemos esquecer que a estrutura política e econômica e social do país se baseou no trabalho escravizado, nas grandes propriedades de terras e na agricultura voltada para a exportação durante muitos anos e, desse modo, a colônia utilizou a mão-de-obra de pessoas sequestradas do continente africano.

A assinatura da Lei Áurea, que se deu em 1888, lançou os negros recém-libertos nas ruas, sem o devido amparo socioeconômico. O que seria de um trabalhador sem casa, sem vestimenta, sem renda e sem destino ao ser “liberto”? O Estado garantiria condições de sobrevivência a essas pessoas?

<sup>1</sup> Graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Trabalhos com catalogação, higienização, conservação, acondicionamento, elaboração de laudo técnico, organização de reserva técnica, atualização em bases de dados (Midas e PHL); prestando serviços nas instituições: Museu Naval, Museu Histórico e Diplomático (Palácio Itamaraty), Museu de Folclore Edison Carneiro, Museu de Arte Naïf, Escola de Artes Visuais (Parque Lage), Museu da Família Colonial (Blumenau), Museu da Pessoa e Casa Geyer. Pós-graduação incompleta em História da África no Instituto dos Pretos Novos em parceria com a Faculdade de Duque de Caxias. Brincante de danças populares no Grupo Zanzar.

Mesmo após a abolição da escravidão, tudo o que era associado à comunidade negra, passou a ser alvo de intensas perseguições nutridas pelo racismo. O negro e suas crenças religiosas, musicalidade e arte, como a capoeira e o samba, foram criminalizadas e responsabilizadas por serem consideradas um atraso econômico ao país pelas elites da época.

No ano de 1890, foi aprovado o Código Penal, que condenava as práticas religiosas, a capoeira, o nascente samba e que também criminalizava o que foi chamado de vadiagem. Isso se dá apenas dois anos após a tal lei que “libertou os escravos”. E um ano antes da aprovação da primeira constituição da república, no ano de 1891.

Como bem lembrou Sodré (2002:44),

não era apenas contra a capoeira que se investia, mas contra toda e qualquer manifestação de soberania política e cultural dos negros, a exemplo dos quilombos urbanos, candomblés e agremiações lúdicas... Os estigmas oficiais oscilavam entre “costumes bárbaros”, “negros amotinados” e “desordem pública”.

As ações que visavam excluir, marginalizar e penalizar a presença negra, tanto nas ruas quanto em espaços ditos privilegiados, resultaram em uma conta de alto valor sócio, cultural e econômico ao povo preto, que enfrentava e enfrenta uma jornada diária em busca da igualdade racial, até o presente momento.

Esta ligeira introdução se fez necessária para que possamos avaliar fatores importantes sobre como a sociedade, formada por uma sólida estrutura racista, patrimonialista e machista, tentou impedir, ocultar e apagar a presença do povo negro enquanto construtor desta mesma sociedade.

### **Museu: lugar de diálogo**

O museu, enquanto espaço de preservação, documentação, pesquisa e comunicação, se constitui também como espaço de poder, ou como reconhece Mário Chagas, “os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica” (2006, p.31). Por isso, cabem aos museus, através de seus profissionais, desenvolver propostas reparadoras com o objetivo de acolher de modo honesto, as histórias ocultadas nos espaços expositivos ou mostradas de forma incompleta.

De acordo com a obra *Conceitos-chave de Museologia* (2007:64), houve modificações e variações na definição de museu com o passar do tempo, porém, usaremos para este estudo o primeiro conceito, que consta no estatuto do Conselho Internacional de Museologia<sup>2</sup> (ICOM):

o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite.

Desta forma, sabemos que a Museologia se relaciona a diferentes áreas do conhecimento e que vai muito além do processo técnico com relação ao seu acervo ou das exposições que o museu apresenta.

2 Conselho Internacional de Museologia de 2007.

Porém, o que nos interessa neste momento, é destacar o caráter educativo dos museus, logicamente, sem esquecer suas outras funções. Para isso, recorreremos à citação de Chagas (2006:69-70), ao analisar Mário de Andrade e Gustavo Barroso, quando sugerem a característica educativa dos museus, ainda que de maneiras diferentes:

O autor de *Ode ao burguês* atribui à instituição museal um sentido inteiramente diverso daquele que estava em voga. Para ele, as ações de preservação do patrimônio cultural estão identificadas com o processo de alfabetização (Andrade, 1971) e os museus, enquanto agências privilegiadas de preservação, deveriam desenvolver funções educativas.

Enquanto Gustavo Barroso, criador no Museu Histórico Nacional (1922), pensava o museu como um local destinado a realizar e a ensinar o “culto à saudade”, a “exaltação da pátria” e a celebração dos “vultos gloriosos”, Mário de Andrade o considerava como espaço de estudo e reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e ao mesmo tempo resultante da conjugação das forças diversas, como âncora de identidade cultural. Todavia, ambos debruçavam-se sobre o problema do nacional e focalizam a dimensão educativa do museu.

Assim como a educação, não devemos deixar de comprovar a identidade como elemento importante que integra o conjunto dos saberes culturais. Para Segall (2001:75),

o patrimônio cultural é um dos aspectos da cultura, ou das culturas, de um povo, cabe ressaltar a função que a cultura tem na construção, no reforço e na reprodução da identidade ou das identidades de um povo, aspecto primordial para a construção da consciência do papel das classes sociais e do processo dialético da História, ou seja, para o progresso de uma nação.

Quando Segall aborda as ideias de *construção, reforço e reprodução da identidade*, devemos ficar atentos à construção dos discursos expositivos que estiveram e estão nos museus, já que o autor (2001:53) nos alerta que “o desafio consiste em encontrar uma forma de fazer com que, nos âmbitos dos museus, a presença das culturas negras venha ser parte dialeticamente integrante da preservação da memória cultural nacional como um todo”.

E qual identidade buscamos encontrar nos museus? De que modo, nós, museólogos, estamos colaborando no processo de construção, reforço e reprodução da identidade do povo negro?

As exposições que retratam o período colonial, portanto, escravocrata, são suficientes e satisfatórias ao nosso público de visitantes? Quais as impressões de nosso público, ao ver, por exemplo, uma infinidade de objetos expostos que remetem ao castigo e tortura? Quem eram os castigados? Quem eram os castigadores?

A respeito das exposições, Zubaran e Machado (2014:19) nos dizem: “observa-se que as exposições museais (...) podem contribuir tanto para a reprodução das velhas tradições hierárquicas como para a construção de representações alternativas sobre o “outro” (...)”.

Além disso, precisamos definir o que pretendemos em nossas exposições, para evitarmos a repetição de conceitos ultrapassados, que já não nos cabem mais. O diálogo entre as representações deve ser considerado sempre na intenção de provocar reflexões entre a instituição e o público.

Ao nos darmos conta de que os primeiros museus nacionais foram criados aos moldes dos museus europeus, concordamos com Chagas (2001:44) quando ele afirma que:

as elites aristocráticas tradicionais é que sonham o sonho de um [museu] nacional sem nenhum *signal de sangue*, sem a presença da cultura popular, dos negros aquilombados, dos índios bravios, dos jagunços revoltosos, dos fanáticos sertanejos, dos rebeldes que não tem terra, mas tem nome, família e um cachorro preto (mefistofélica presença).

Diante destas citações, podemos reafirmar nossa sociedade alicerçada sobre preconceitos e padrões de opressão que as elites empregaram sobre os não pertencentes a essa classe. Daí a importância do trabalho contínuo de reconhecimento e valorização das identidades negra e indígena.

Diferente do que vivemos há 20, 30 anos atrás, hoje vemos uma crescente produção voltada para o público negro: são produtos de beleza, livros infanto-juvenis, roupas, calçados e acessórios, brinquedos, assim como também as participações de pessoas negras nas novelas, nos telejornais, nos comerciais de TV, nas peças teatrais. E essa mudança de paradigma não aconteceu da noite para o dia, como sabemos. Foi um longo e difícil trajeto de lutas e reivindicações durante toda a história.

Ao falarmos sobre a identidade negra, é importante destacar a precisa afirmação de Munanga (2009:19).

Finalmente, a busca da identidade negra não é, ao meu entender, uma divisão de luta dos oprimidos. O negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver, embora possa contar com a solidariedade dos membros conscientes da sociedade. Entre seus problemas específicos está, entre outros, a alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e conseqüentemente sua "inferiorização" e baixa estima; a falta de conscientização histórica e política, etc. Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia do grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva. A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua *negritude* antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos de identidade.

Afirmamos anteriormente que para chegarmos ao panorama atual, o caminho foi longo. Em 2003, a Lei nº 10.639<sup>3</sup> tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, de acordo com o Artigo 26-A. E em 2008, a Lei nº 11.645<sup>4</sup> é alterada para a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Ou seja, cinco anos depois é que se torna obrigatório o ensino dos povos originários do país.

Com isso, podemos e devemos ter como uma aliada fundamental a educação. Se o museu é um espaço informal da educação, esta lei deve ser considerada como ferramenta auxiliar no processo do discurso expositivo.

Em conformidade com o exposto, Chagas (2001:35) afirma que

3 Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

4 Lei Nº 11.645, de 11 de março de 2008.

o reconhecimento de que aquilo que se articula nos museus não é a verdade pronta e acabada, e sim *uma* leitura possível e historicamente condicionada, resgata para o campo museal a dimensão do litígio: é sempre possível uma nova leitura; é sempre possível abrir gavetas no corpo das vênus museais e reabrir processos engavetados por interesses nem sempre nobres.

A esse respeito, Gomes (2012:105) acrescenta ainda que

o fato de *falar sobre* algum assunto ou tema na escola não é via de mão única. Ele implica respostas do “outro”, interpretações diferentes e confronto de ideias. A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial.

Portanto, para a formação de uma sociedade igualitária, racial, social e culturalmente falando, a função multidisciplinar do museu necessita do diálogo constante a respeito dessas questões e estar atenta a essas mudanças legislativas, ainda que esta instituição não seja um espaço formal de educação; porém, pode ser uma aliada essencial.

Sobre a função educativa do museu, recorremos à Horta (1999:4) para definir a educação patrimonial.

É instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-cultural em que está inserido. Este processo leva ao esforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Acreditamos na educação enquanto agente de transformação para uma realidade mais consciente da sociedade, e por isso, defendemos que o museu deva agir de modo abrangente sobre a questão das desigualdades sociais, ampliando discussões que atendam, se não a todos, boa parte da sociedade que não teve papel de destaque dentro desta instituição. Em outras palavras, é urgente que o museu seja mais um espaço de representatividade a toda sociedade brasileira.

Por isso, Zubaran e Machado (2014:8) lembram que:

na contemporaneidade, os museus buscam superar a ideia de narrar uma memória única e apostam na pluralidade de memórias e identidades. Esse é o contexto do surgimento dos chamados museus étnicos, tais como: o Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, em Macapá (AP), Museu Indígena, em Coroa Vermelha (BA), Museu Magütados Índios Ticuna em Benjamin Constant (AM), Museu Afro-Brasileiro MAFRO em Salvador (BA), Museu Afro-Brasil, em São Paulo (SP), Museu Afro-Brasileiro (SE), Museu do Negro (RJ), Museu 13 de Maio, em Santa Maria (RS), Museu do Percurso do Negro, em Porto Alegre (RS). Esses museus sinalizam um importante deslocamento na forma dos museus construírem a história e a cultura dos povos indígenas e afrodescendentes, uma vez que indígenas e negros deixam de ser representados pelo Outro e passam a ser os produtores de suas próprias representações.

Representatividade é também sobre ter voz e fazer essa voz ser ouvida; ter imagem e essa imagem ser exibida, ter história e essa história ser contada. Não pelo outro e para o outro, mas por si e para os seus (também). Lembrando que exposições museais são fragmentos de uma história a ser contada, portanto,

não dão conta da totalidade desta história. Por este motivo, elencam-se determinados objetos para representar, exemplificar ou referenciar um determinado recorte desta história. E o objeto escolhido para uma exposição

### Considerações finais

Abordar a discussão racial no espaço museal é um processo de extrema importância e urgência. Eventos ocorridos recentemente, como o aumento do número de assassinatos de pessoas negras no país, têm chamado a atenção da imprensa internacional e levado à pauta o que alguns movimentos negros denunciam há décadas: são executados mais negros que brancos e isso é resultado do racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira.

O assassinato de George Floyd, no último mês de maio, nos Estados Unidos, gerou uma onda de protestos em diversos países e levantou uma questão que tem sido debatida por profissionais da área da memória, a respeito das destruições de estátuas (patrimônios públicos) de representantes colonos, em substituição a de personalidades negras.

Concordamos com Hipólito (2017:64) quando ela faz a seguinte constatação:

no Brasil, a história oficial delegou ao negro uma memória que se inicia e termina com elementos que remetem à escravidão. Quando referente a qualquer elemento negro africano os conceitos são respaldados por preconceitos, reformulações e esquecimentos, sendo até hoje a história e cultura africanas consideradas primitivas. Desta forma, o ato de resistência em afirmação de uma identidade negra faz parte de um longo processo de rompimentos com as máculas históricas desta população que foi subalternizada, inferiorizada perante um ideal político e sociocultural eurocêntrico.

Ratificamos a crença de que através da educação, como já dito anteriormente, e da valorização da identidade é possível transformar as ações museais, transformando o museu em aliado da sociedade para combater a desigualdade racial.

### Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 10 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, janeiro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 24 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei?LI1645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei?LI1645.htm). Acesso em: 24 mar. 2016

CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade/ Mário de Souza Chagas*. Chapecó: Argos, 2006.

O Desafio da Representatividade Negra nos Museus

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. Florianópolis: FCC, 2014. 98p.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In.: *Currículo sem fronteiras*, v.12, n-1, pp. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> Acesso em: 07 jun 2020.

HIPOLITO, Jéssica Maria de Vasconcelos Santana. *A construção do discurso expositivo como ferramenta de identificação: museus, hegemonia e subalternidade*. Rio de Janeiro, 2017. 105f. – Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: Prof.ª. Dr.ª. Andréa Lopes da Costa Vieira. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss407.pdf> Acesso em: 09 jun 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Museu Imperial / DEPROM – IPHAN – MINC – Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf) Acesso em 20 jun 2020.

IBRAM. *Museu, memória e cultura afro-brasileira*. / pesquisa e elaboração de texto Maristela dos Santos Simão – Brasília, DF: IBRAM, 2018. 88p.: il.; (Caminhos da Memória). Disponível em: Acesso em: 28 jun 2020.

MUNANGA, Kabengelê. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 3ª edição. 88p. (Coleção Cultura Negra e Identidade). Disponível em: <https://vdocuments.site/negritude-usosesentidos.html> Acesso em: 05 jun 2020

SODRÉ, Muniz. *Mestre Bimba: corpo de mandinga*. Rio de Janeiro: Manati, 2002. 112 p.: il. (Bahia com H; I).

ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra Maria R. O que se expõe e o que se ensina: representações do negro nos museus do Rio Grande do Sul. In: *Momento: Diálogos em educação*. ISSN 0102-2717. V. 22, n. 1, p. 91-122, jan./jun.2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/4225> Acesso em: 08 jun 2020.

ZUBARAN, Maria Angélica; MACHADO, Lisandra Maria R. Que memórias e histórias negras se ensina nos museus? Do esquecimento ao reconhecimento. In: *Linguagens, Educação e Sociedade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. ISSN 2526-8449 (eletrônico) 1518-0743 (impresso) Teresina, ano 19, n.30, jan./jun.2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/8708/0> Acesso em: 08 jun 2020